

SEÇÃO: DOSSIÊ FEMINISMOS

INSURREIÇÃO NO NÍVEL DA ONTOLOGIA: A PERFORMATIVIDADE ANÁRQUICO-QUEER EM JUDITH BUTLER

*Insurrection at the level of ontology:
anarcho-queer performativity in Judith Butler*

Augusto Jobim do Amaral¹

Iverson Custódio Kachenski²

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão teórico-filosófica sobre a performatividade anárquico-queer no pensamento de Judith Butler, com o objetivo de compreender como a performatividade pode operar como prática ética, política e epistemológica de resistência às normas que regulam o reconhecimento dos corpos e das vidas. Partindo da leitura da performatividade como um campo de disputa ontológica e social, o estudo analisa o deslocamento realizado por Butler em torno da noção de queer, especialmente a partir de suas reflexões sobre precariedade, alianças e vulnerabilidade compartilhada em diálogo com autoras como Eve Kosofsky Sedgwick. A pesquisa busca demonstrar que a performatividade queer não se limita à crítica das identidades fixas, mas constitui uma prática de desestabilização das estruturas normativas que definem quais vidas podem ser reconhecidas como humanas, legítimas e vivíveis. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza hermenêutica e bibliográfica, fundamentada na análise interpretativa de obras centrais de Butler, sobretudo *Vida Precária* (2004), *Quadros de Guerra* (2009) e *Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia* (2015), em interlocução com intérpretes da teoria queer e do pensamento político contemporâneo. O conceito de “insurreição no nível da ontologia” é apresentado como eixo central da análise, indicando uma crítica às epistemologias normativas que distribuem reconhecimento e inteligibilidade de maneira diferencial. As considerações finais indicam que a performatividade anárquico-queer constitui um horizonte ético-político de resistência e criação coletiva, voltado à ampliação das condições de vidas vivíveis, à construção de alianças e à contestação das formas hierárquicas de poder que administram a precariedade contemporânea.

Palavras-chave: Judith Butler. Performatividade. Anarquia queer. Insurreição no nível da ontologia.

Abstract: This article proposes a theoretical-philosophical reflection on anarcho-queer performativity in the thought of Judith Butler, with the aim of understanding how performativity can operate as an ethical, political, and epistemological practice of resistance against the norms that regulate the recognition of bodies and lives. Starting from the understanding of performativity as a field of ontological and social dispute, the study analyzes the shift carried out by Butler around the notion of the queer, especially through her reflections on precarity, alliances, and shared vulnerability in dialogue with authors such as Eve Kosofsky Sedgwick. The research seeks to demonstrate that queer performativity is not limited to the critique of fixed identities, but rather constitutes a practice of destabilizing the normative structures that define which lives can be recognized as human, legitimate, and livable. Methodologically, this is a qualitative research of a hermeneutic and

¹ Doutor em Doutorado em Altos Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra e em Ciências criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: augusto.amaral@pucrs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0874-0583>.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: ickthe@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7109-3046>.

bibliographical nature, grounded in the interpretative analysis of Butler's central works, especially *Precarious Life* (2004), *Frames of War* (2009), and *Notes Toward a Performative Theory of Assembly* (2015), in dialogue with interpreters of queer theory and contemporary political thought. The concept of "insurrection at the level of ontology" is presented as the central axis of the analysis, indicating a critique of normative epistemologies that distribute recognition and intelligibility in differential ways. The final considerations indicate that anarcho-queer performativity constitutes an ethical-political horizon of resistance and collective creation, aimed at expanding the conditions of livable lives, building alliances, and contesting the hierarchical forms of power that administer contemporary precarity.

Key words: Judith Butler. Performativity. Queer anarchy. Insurrection at the level of ontology.

1 Introdução

O presente artigo propõe uma reflexão sobre o potencial político, ético e ontológico da performatividade anárquico-queer no pensamento de Judith Butler. Em um contexto histórico marcado pela intensificação das políticas de precarização, pela ampliação das formas de violência estatal e pela contínua produção de vidas consideradas descartáveis, torna-se urgente repensar os modos pelos quais os corpos são enquadrados pelas normas que regulam o reconhecimento do humano, do gênero, do desejo e da própria possibilidade de existência. Nesse horizonte, a performatividade emerge, em Butler, não apenas como uma teoria da constituição discursiva do sujeito, mas como uma prática crítica de desestabilização das ontologias normativas que organizam a inteligibilidade social.

A problemática central que orienta este trabalho consiste em compreender de que maneira a performatividade butleriana pode ser pensada como uma prática anárquico-queer de resistência, capaz de deslocar as estruturas normativas que regulam os corpos e produzir outras condições de habitabilidade da vida. Perguntamo-nos, portanto, como a performatividade, ao reiterar e deslocar as normas, pode operar como uma forma de insurreição ontológica e epistemológica frente aos regimes que definem quais vidas podem ser reconhecidas como humanas, legítimas e vivíveis. Partimos da hipótese de que a performatividade, longe de representar uma simples reprodução das normas sociais, constitui um campo de disputa política e epistemológica no qual os próprios mecanismos de poder podem ser reiterados de forma deslocada, abrindo fissuras nas estruturas que produzem sujeição e inteligibilidade normativa.

O objetivo geral deste artigo é analisar a performatividade em Judith Butler a partir de uma perspectiva anárquico-queer, compreendendo-a como uma prática ética e política de resistência às formas normativas de reconhecimento. Como objetivos específicos, buscamos: a) investigar as aproximações entre a teoria queer e a noção butleriana de performatividade;

b) compreender o deslocamento teórico realizado por Butler em direção às discussões sobre precariedade, alianças e vulnerabilidade; c) analisar a noção de “insurreição no nível da ontologia” como crítica epistemológica às categorias que regulam o reconhecimento da vida; e d) discutir as aproximações entre o pensamento de Butler e determinadas formulações da tradição anarquista contemporânea, especialmente no que se refere à crítica das hierarquias e à defesa de formas relacionais e horizontais de existência política. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórico-filosófica de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, desenvolvida a partir da análise interpretativa de obras centrais de Judith Butler, em diálogo com autoras da teoria queer e do pensamento político contemporâneo. O percurso metodológico mobiliza especialmente textos produzidos em diferentes momentos da trajetória intelectual de Butler, permitindo acompanhar os deslocamentos conceituais realizados pela autora em torno das noções de performatividade, precariedade, alianças e ontologia. Além disso, o artigo estabelece interlocuções com pensadoras como Eve Kosofsky Sedgwick e Elena Loizidou, buscando evidenciar os atravessamentos entre teoria queer, crítica epistemológica e pensamento anarquista. Nesse percurso, mostraremos o movimento realizado por Butler em torno da noção de queer, evidenciando suas aproximações com autoras de sua geração, como Eve Kosofsky Sedgwick. Argumentaremos que, a partir de *Vida Precária* (2004), e posteriormente em *Quadros de Guerra* (2009) e *Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia* (2015), sua compreensão da performatividade assume de maneira mais explícita uma preocupação com as alianças políticas, com a vulnerabilidade compartilhada e com aquilo que denomina “insurreição no nível da ontologia”.

Tal deslocamento demonstra que o queer, em Butler, não permanece restrito à crítica das identidades de gênero e sexualidade, mas se amplia em direção a uma crítica radical das estruturas que definem ontologicamente quais vidas merecem reconhecimento, proteção e possibilidade de luto. No primeiro momento deste artigo, discutiremos o caráter anárquico-queer da performatividade em Judith Butler, entendendo-o como fundamento de uma ética da resistência, da vulnerabilidade e da despossessão. Argumentaremos que a dimensão anárquica da performatividade não significa ausência de organização, mas recusa das formas normativas e hierárquicas que regulam o reconhecimento dos corpos e determinam as condições de inteligibilidade da vida.

Nesse horizonte, a noção butleriana de “insurreição no nível da ontologia” será analisada como uma operação simultaneamente política e epistemológica, uma vez que questiona os próprios regimes de saber que definem o que pode aparecer como real, humano e vivível. Trata-se de uma crítica às epistemologias normativas que estabilizam categorias identitárias e distribuem diferencialmente reconhecimento, visibilidade e legitimidade às formas de existência. A performatividade queer constitui, assim, a possibilidade de agir no interior das normas sem se reduzir inteiramente a elas, reiterando-as de maneira deslocada e produzindo brechas para o surgimento de outras formas de existência, bem como para a elaboração de novos modos de conhecimento sobre os corpos, os afetos e a vida coletiva.

Em seguida, exploraremos as repercussões anarquistas no pensamento de Butler, sobretudo a partir da leitura de Elena Loizidou, cuja interpretação ilumina a dimensão ética e política da anarquia queer. Loizidou identifica no pensamento butleriano uma profunda afinidade com a tradição anarquista, especialmente no que diz respeito à crítica das estruturas autoritárias, à recusa das centralidades políticas e à valorização da horizontalidade como princípio de organização da vida coletiva. Essa aproximação permite compreender a performatividade não apenas como uma teoria do sujeito, mas como uma prática relacional baseada no cuidado mútuo, na solidariedade e na interdependência como fundamentos da resistência política.

No terceiro eixo, proporemos uma leitura da performatividade a partir da noção de plasticidade, compreendida não em um sentido biológico ou psicológico, mas como potência contínua de transformação, deslocamento e reinvenção. O corpo performativo é plástico porque, embora seja moldado pelas normas, nunca se esgota nelas. Há sempre a possibilidade de ruptura, rearticulação e criação de novas formas de sensibilidade e de existência. A performatividade anárquico-queer revela, assim, uma força política que ultrapassa a dimensão meramente simbólica, tornando-se uma prática contínua de reinvenção do sensível e das condições de vida.

Ao final, argumentaremos que o queer ainda preserva um profundo potencial de luta solidária e interdependente contra a insuportabilidade da vida contemporânea. Diante das políticas de exclusão, da violência estatal e da indução diferencial da precariedade, a performatividade anárquico-queer reivindica uma ética da reciprocidade e do cuidado, na qual a vulnerabilidade não aparece como fraqueza, mas como condição compartilhada de

resistência. Trata-se, portanto, de repensar o político não como conquista de soberania ou centralização do poder, mas como criação coletiva de condições de existência mais habitáveis. Assim, a proposta central deste artigo consiste em compreender a performatividade em Judith Butler como um gesto anárquico-queer de subversão e criação: uma prática ética e política que desestabiliza hierarquias, dissolve centralidades e abre possibilidades para formas plurais de vida e convivência.

2 Insurreição no nível da ontologia: a dimensão anárquico-queer da performatividade em Judith Butler

Com a publicação de *Problemas de Gênero* (2003/1990), Judith Butler insere uma crítica radical às ontologias substancialistas do sujeito, sobretudo àquelas que concebiam gênero e identidade como essências anteriores à linguagem, à história ou à política. A noção de performatividade introduzida pela autora desloca o problema do “ser” para o campo da repetição normativa, isto é, para os modos pelos quais os sujeitos são continuamente produzidos por práticas discursivas e regulações sociais. Nesse sentido, o gênero não corresponde a uma verdade interior ou natural, mas ao efeito reiterado de normas que se estabilizam historicamente como aparência de essência.

É precisamente nesse ponto que a dimensão subversiva da performatividade adquire um caráter profundamente político, e, em certa medida, anárquico. Ao afirmar que “Sua tarefa crucial é, antes, a de situar as estratégias de repetição subversiva facultadas por essas construções, afirmar as possibilidades locais de intervenção pela participação, precisamente nas práticas de repetição que constituem a identidade e, portanto, apresentar a possibilidade imanente de contestá-las” (Butler, 2003, p. 212), Butler sugere que a própria norma carrega em si a possibilidade de sua desestabilização.

A subversão não aparece como exterior ao poder, mas como fissura interna aos processos que produzem os sujeitos. Essa dimensão pode ser compreendida como anárquica porque recusa qualquer fundamento último, essência originária ou princípio transcendente capaz de garantir a estabilidade das identidades. O queer, nessa primeira formulação butleriana, emerge justamente como prática de perturbação das categorias fixas de inteligibilidade social. Não se trata apenas de reivindicar novas identidades, mas de desorganizar os regimes normativos que tornam algumas existências possíveis e outras abjetas. A performatividade queer, portanto, opera por deslocamento, paródia, repetição

deslocada e contestação contínua das normas que sustentam a ordem heterossexual compulsória. Butler afirma que

a ontologia é, assim, não uma fundação, mas uma injunção normativa que funciona insidiosamente, instalando-se no discurso político como sua base necessária. A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada (Butler, 2003, p. 213).

Desse modo, a crítica de Butler às identidades não visa destruir a política, mas radicalizá-la. O que está em jogo é tornar visíveis os mecanismos pelos quais determinadas ontologias se impõem como naturais, universais e inevitáveis. A crítica da ontologia, nesse contexto, já se configura como uma forma de insurreição contra os regimes de verdade que regulam os corpos, os desejos e as formas de existência. Assim, muito antes de Butler empregar posteriormente a expressão “insurreição no nível da ontologia”, sua teoria da performatividade já continha os elementos dessa ruptura. O queer aparece, então, como força crítica que desobedece às gramáticas normativas do sujeito, recusando qualquer fechamento identitário definitivo. Há, nessa primeira fase de sua obra, uma política da instabilidade que transforma a contestação das identidades em contestação das próprias estruturas ontológicas que sustentam a normalização social.

A teoria queer emerge como uma crítica às categorias fixas de identidade, especialmente às formas normativas que estabilizam gênero, sexualidade e subjetividade. Mais do que afirmar identidades dissidentes, o queer procura demonstrar como toda identidade é produzida historicamente por relações de poder, linguagem e repetição normativa. Nesse percurso, Eve Kosofsky Sedgwick³ (1950-2009) teve um papel decisivo ao deslocar o debate da sexualidade para os mecanismos epistemológicos que organizam os binarismos da cultura ocidental, heterossexual/homossexual, normal/anormal, legítimo/desviante. Sua leitura revelou que as normas nunca conseguem controlar completamente os sentidos que produzem. Há sempre ambiguidades, excessos e desvios que escapam à coerência normativa. É justamente nessa instabilidade que a teoria queer encontra sua potência crítica e subversiva.

³ Foi uma crítica literária e filósofa estadunidense, considerada uma das principais precursoras da teoria queer. Sua obra problematizou as relações entre sexualidade, linguagem e poder, especialmente em livros como *Epistemology of the Closet* (1990). Seus estudos influenciaram profundamente os debates contemporâneos sobre gênero, performatividade e dissidência sexual.

A performatividade, em Judith Butler, nunca se limitou a uma teoria da linguagem ou da identidade. Desde suas primeiras formulações, ela aparece como um campo de disputa sobre os modos de existência que se tornam inteligíveis e reconhecíveis. Nesse sentido, pensar a performatividade a partir de uma perspectiva anárquico-queer significa compreender que o poder nunca produz sujeitos de forma total, definitiva ou encerrada. Há sempre um excesso, um desvio, uma falha na repetição normativa. É precisamente nesse intervalo que emerge a possibilidade ética e política da subversão. O queer, então, não se reduz a uma identidade dissidente; ele se torna um movimento de desestabilização das ontologias que pretendem fixar os corpos, os gêneros e as formas legítimas de vida.

Ao aproximar Butler de Eve Kosofsky Sedgwick, percebemos que a dimensão queer da performatividade não está apenas na recusa das normas, mas na capacidade de deslocá-las internamente. A linguagem nunca coincide inteiramente consigo mesma. Todo ato de fala carrega a possibilidade de exceder o propósito para o qual foi criado. A norma depende da repetição para sobreviver, mas é justamente essa repetição que abre espaço para a deriva, para a torção e para o inesperado.

Sedgwick sublinhou como um ato de fala (“Eu os declaro marido e mulher”) pode se desviar dos seus objetivos aparentes, e esse “desvio” era um sentido muito importante da palavra queer, entendida menos como uma identidade do que como um movimento do pensamento, da linguagem e da ação que se moveu em direções bastante contrárias àquelas explicitamente reconhecidas. Ainda que o reconhecimento pareça ser uma condição da vida vivível, ele pode servir ao propósito do escrutínio, da vigilância e da normatização dos quais uma fuga queer pode se provar necessária precisamente para atingir a viabilidade da vida fora dos seus termos. (Butler, 2018, p. 71)

Essa compreensão desloca radicalmente a ideia de emancipação. Não se trata apenas de reivindicar inclusão em estruturas previamente estabelecidas, mas de produzir rachaduras nas próprias condições que definem quem pode aparecer como sujeito reconhecível. A perspectiva anárquico-queer da performatividade se manifesta justamente nessa recusa de aceitar as categorias políticas como naturais ou definitivas. A política deixa de ser apenas uma disputa por representação e passa a ser uma luta pela transformação das condições ontológicas da existência.

É por isso que Butler encontra em Jacques Derrida, bem como em Sedgwick, uma contribuição decisiva para pensar o queer. A iterabilidade do signo demonstra que nenhum enunciado pode controlar totalmente seus efeitos. Toda repetição produz diferença. Assim, o

gênero não é uma essência repetida no tempo, mas um campo instável de citações que nunca alcançam perfeita coerência. O queer emerge exatamente nesse fracasso constitutivo da norma em realizar a si mesma. A esse respeito diz-nos Butler:

E então, seguindo Sedgwick, temos que entender como os desvios dessas normas podem acontecer e de fato acontecem, sugerindo que alguma coisa “queer” está em funcionamento no cerne da performatividade de gênero, uma qualidade queer que não é muito diferente dos desvios de direção tomados pela iteratividade na consideração de Derrida sobre o ato de fala como citacional. (Butler, 2018, p.72).

A dimensão anárquico-queer da performatividade também aparece quando Butler desloca sua reflexão para a precariedade e para as alianças políticas. O problema deixa de ser apenas como o sujeito é produzido pelas normas de gênero e passa a envolver a própria distribuição diferencial do humano. Quem pode viver? Quais vidas são reconhecidas como passíveis de luto, proteção e cuidado? Aqui, a performatividade assume um alcance ético-político decisivo, porque a disputa não é somente sobre identidades, mas sobre as condições materiais de sobrevivência.

A crítica butleriana aponta que as categorias ontológicas não são neutras. Elas funcionam como dispositivos de exclusão que determinam quais existências contam como reais. Nesse sentido, o queer não seria apenas um modo de ser presente nas dissidências sexuais e de gênero, mas uma prática crítica contra toda organização normativa que administra a inteligibilidade da vida. A insurreição não ocorre apenas no plano institucional, mas no próprio nível do real. Assim, a percepção da performatividade como anárquico-queer assume um papel de insurreição no nível da ontologia. Isto é:

Não se trata da simples entrada dos excluídos em uma ontologia estabelecida, mas de uma insurreição no nível da ontologia, do acesso crítico a estas questões: o que é real? A quem pertencem as vidas reais? Como a realidade pode ser refeita? Aqueles que são irreais já sofreram, de certo modo, a violência da desrealização. Qual é então a relação entre a violência e as vidas consideradas “irreais”? A violência afeta essa irreabilidade? A violência ocorre sob a condição dessa irreabilidade? (Butler, 2019a, p.37).

A noção de “insurreição no nível da ontologia” talvez seja um dos pontos mais profundos para pensar uma leitura anárquico-queer de Butler. O anárquico aqui não significa ausência de organização, mas recusa das formas transcendentais que pretendem determinar antecipadamente quais vidas merecem reconhecimento. Trata-se de interromper os regimes

que naturalizam hierarquias entre vidas vivíveis e vidas descartáveis. O queer, nesse horizonte, torna-se uma prática de desobediência ontológica.

Por isso, as alianças políticas pensadas por Butler não podem ser reduzidas a identidades fixas ou a pertencimentos estáveis. Elas se organizam a partir da vulnerabilidade compartilhada e da oposição às formas de violência que produzem precariedade. A performatividade deixa de ser somente uma teoria do gênero para se tornar uma teoria das assembleias, dos corpos reunidos, da resistência coletiva contra os mecanismos que administram a morte social.

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas. Estar protegido da violência do Estado-Nação é estar exposto à violência exercida pelo Estado-Nação; assim, depender do Estado-Nação para a proteção contra a violência significa precisamente trocar uma violência potencial por outra. Deve haver, de fato, poucas alternativas. É claro que nem toda violência advém do Estado-Nação, mas são muito raros os casos contemporâneos de violência que não tenham nenhuma relação com essa forma política. (Butler, 2015, p. 46-47).

Nesse ponto, a performatividade revela seu vínculo inseparável com uma ética radical da coexistência. A luta queer não é apenas pela afirmação individual da identidade, mas pela ampliação coletiva das condições de habitabilidade do mundo. A crítica às normas de gênero se articula à crítica do racismo, da misoginia, da homofobia, da violência colonial e das formas políticas que distribuem desigualmente a precariedade. A política anárquico-queer da performatividade emerge, então, como uma prática contínua de desfazimento das ontologias que sustentam a violência e de criação de novas possibilidades de vida.

3 Mundos habitáveis: agência, poder, linguagem

O pensamento de Butler é atravessado pela agência e subversão na construção de mundos mais habitáveis, atravessado pelo conceito de performatividade. De fato, ao recorrer à teoria dos atos de fala (Austin, 1962) e considerar o nível performativo da linguagem, Butler nos mostra que “a linguagem age sobre nós antes de agirmos, e continua a agir a cada instante em que agimos” (Butler, 2018, p. 70). Esta observação inaugura uma perspectiva em que a

linguagem e a ação performativa não são meros reflexos de um substrato identitário, mas forças constitutivas que prefiguram e reconfiguram modos de vida, inclusive modos de vida anárquicos e queer. A própria vida corporal, que é social e emerge de uma multiplicidade de relações, carrega uma dimensão política que se desvia da normatividade; essa é uma condição da plasticidade que os corpos possuem. Ao deslocar o foco da essência para os processos (atos, repetições, linguagem), a performatividade revela-se como um espaço de agenciamento no qual a norma é, ao mesmo tempo, produzida e vulnerável a desvios criativos. É esse entrelaçamento, corpo como efeito das relações e possibilidade de subversão, que alimenta o caráter anárquico-queer da performatividade.

A reflexão alternativa ao conceito de ideologia desenvolvido por Louis Althusser é fundamental para compreendermos a dimensão política e ontológica da obra de Judith Butler, especialmente na formulação de uma anarquia queer. Conforme destaca Elena Loizidou em *The Body Figural and Material in the Work of Judith Butler*,

A luta de classes ideológica à qual ele se refere é uma luta sobre a assunção do poder, sobre quem ocupará a posição central e, portanto, comandará a reprodução da ideologia em geral. A ideologia, junto com suas estruturas, processos ou rituais, não desaparece, ela permanece. A leitura anárquica de Butler oferece uma alternativa diferente. Os efeitos paródicos ou hiperbólicos da desobediência transmitem, em sua ação ou brincadeira (sem negar que é um produto do poder), uma sociabilidade que não deseja assumir ou participar da lei, nem assumir o poder que a cria, mas sim experimentar uma organização diferente da vida, que desfaz nossa compreensão do poder centralista ou da autoridade. (Loizidou, 2008, p. 31, tradução nossa).

Assim, acreditamos que a performatividade como condição anárquico-queer aparece na prática que não ambiciona ocupar o centro do poder para reproduzi-lo, mas que, por meio de atos desviantes, produz formas de sociabilidade que recusam a lógica centralizadora da autoridade. A ação performativa, assim, torna-se tática de desarticulação da dominação simbólica: paródia, exagero, repetição desviada não apenas expõem a contingência da norma, mas criam modos de convivência que não a legitimam. Retornando ao pós-estruturalismo, afirmamos que nossa capacidade de apreender o mundo é regulada pela linguagem, pelo discurso que, de modo performativo, marca os corpos, distribuindo de forma desigual as formas de reconhecimento do outro. Em outras palavras, o pensamento de Butler é permeado pela capacidade da linguagem (tanto corpórea quanto não-corpórea, discursiva e não-discursiva) de construir o mundo. De fato, ao recorrer à teoria dos atos de fala e considerar o

nível performativo da linguagem, vemos que a linguagem atua sobre nós e “atua de maneira poderosa” (Butler, 2018, p. 35).

A subversão performativa do status discursivo que opera na leitura social dos corpos é uma das estratégias da teoria queer. Em um sentido pós-estruturalista do queer “a esfera da linguagem se tornou um dos domínios privilegiados para se questionarem a causa e os efeitos da injúria social” (Butler, 2021, p.123). Nesse sentido, o poder de subverter os termos que regulam a ofensa pode ser uma estratégia anarquista, como práticas de resistência que desmontam a verdade sobre os corpos. A performatividade, portanto, é prática de transformação ontológica e política. Seus atos não pedem simplesmente reconhecimento pela norma, mas reorganizam o campo das possibilidades de reconhecimento. Esse seria o caminho da performatividade como forma de anarquia queer, modo de existência resistente a categorias rígidas, permitindo uma alteridade radical que sustenta a vida vivível sem depender de fronteiras fixas para o desejo, o gênero etc.. Em Butler, a anarquia queer, longe de ser a ausência de regras, funda uma ética da despossessão, da abertura ao outro, da recusa ao cerceamento das subjetividades normatizadas. Nesse horizonte conceitual, Butler avança uma proposição que ressoa indiretamente com a crítica marxista:

As críticas marxistas a Butler variam de comparações cuidadosas entre formas até a total rejeição de uma anarquia meramente cultural e apolítica. Nenhuma dessas críticas, no entanto, se concentra naquilo que parece unir mais de perto os projetos marxista e butleriano: a abolição universal do universal. (Mason; Moro, p. 7, tradução nossa).

A performatividade anárquico-queer em Butler articula agência e subversão, num processo de tradução cultural, como práticas cotidianas que não aspiram simplesmente a reformar a norma de dentro, mas a produzir modos de vida que tornam possível a coexistência sem a precondição da normatividade hegemônica, uma política da recusa e da reinvenção, que tem na linguagem seu campo primeiro de atuação e na corporeidade sua exigência material.

4 A aproximação de Judith Butler a vertentes do pensamento anarquista

A leitura anárquica de Butler que prolifera nas passagens fornecidas sustenta a hipótese de uma afinidade prática e ética entre o pensamento butleriano e certas vertentes do anarquismo de esquerda. Loizidou enfatiza que a obra de Butler oferece “uma alternativa diferente” que não procura assumir o poder reprodutor da ideologia, mas experimentar uma organização da vida que “desfaz nossa compreensão do poder centralista ou da autoridade”

(Loizidou, 2008, p. 31, tradução nossa). Essa recusa ontológica da centralidade do poder aproxima Butler dos horizontes anarquistas que valorizam a horizontalidade e a experimentação relacional.

O diálogo surge também, em certo sentido, na articulação de conceitos como assembleia, multidão e horizontalidade.

A noção de que a assembleia de corpos é ontologicamente anterior e em excesso constitutivo em relação às razões para a própria assembleia não é exclusiva de Butler. Ela também é uma característica de grande parte do pensamento sobre a multidão e de outras abordagens principalmente — mas não exclusivamente — pós-anarquistas, que minimizam questões de ideologia, poder ou organização em favor da dinâmica da horizontalidade como um fim em si mesmo. (Vishmidt, 2025, p. 102, tradução nossa).

Essa insistência na assembleia como espaço pré-institucional e na horizontalidade como princípio relacional encontra ressonância nas práticas anárquicas que privilegiam formas não-hierárquicas de ação coletiva, uma convergência que Loizidou aprofunda ao iluminar a ponte entre Butler e Kropotkin.

Loizidou afirma que “o anarcocomunismo e Butler igualmente se posicionam contra qualquer coisa que bloqueie a possibilidade de se ter vidas vivíveis e horizontes abertos de possibilidade — seja isso uma ideia, uma prática, uma estrutura ou uma formação social” (Loizidou, 2025, p. 184, tradução nossa). A convergência ética é clara: tanto a tradição anarquista quanto Butler valorizam práticas de interdependência que preservem a vida vivível, entendida como condição material e relacional, e rejeitam formas de autoridade que cerceiem essa possibilidade.

A convergência entre o anarquismo e Butler não implica homogeneidade teórica, como observa Loizidou, “Butler compartilha essa postura contra o autoritarismo e a metodologia da interrogação aberta com a tradição anarcocomunista, mesmo que (...) existam diferenças em suas políticas ou, mais especificamente, mesmo que diferem em como imaginam a formação política que proporcionará uma forma de convivência não autoritária” (Loizidou, 2025, p.186, tradução nossa). Ou seja, há afinidade ética e prática, mas diferenciação nas estratégias e em algumas concepções de transformação social. Essa aproximação também é articulada historicamente. Loizidou recoloca a pergunta política como prática metodológica comum, a forma interrogativa que Butler e os anarquistas usam para implicar o leitor na discussão e dissolver a fronteira entre autor e público: “tanto os anarquistas quanto Butler usam a

pergunta como um modo de envolver os leitores e abrir seus escritos para conversas abertas e sem fim determinado” (Loizidou, 2025, p.187 – tradução nossa). Tal método é expressão de uma ética dialógica que estrutura tanto a teoria butleriana quanto práticas anarquistas. Finalmente, a convergência entre Butler e o anarquismo de esquerda ganha força prática nas formulações sobre cuidado, solidariedade e não-violência como técnicas insurgentes:

O anarquismo está interessado em formar entidades políticas que não sejam governadas por mestres ou governantes, isto é, pela autoridade. Eles acreditam que essa é a melhor maneira de garantir que a equidade e a justiça estejam presentes. Esta é a posição geral predominante dentro do anarquismo de esquerda que (...) alinha seus teóricos com Butler. (Loizidou, 2025, p.187, tradução nossa).

Essa articulação permite ler a anarquia queer como espaço político onde a performatividade se combina com práticas de cuidado mútuo e de construção coletiva de mundos vivíveis. A dimensão normativa e transformadora dessa aproximação é sintetizada na intervenção que qualifica Butler além da mera luta por igualdade de direitos, apontando para uma «queerização» das relações: “a obra de Butler, embora apoie a igualdade de direitos, não se concentra nisso. Na verdade, ela argumenta que lutar por direitos iguais não é suficiente. Em vez disso, seu trabalho consiste em queerizar todas as relações” (Chadderton, 2018, p.75, tradução nossa). Assim, a relação entre Butler e certas vertentes anarquistas é menos uma fusão doutrinária do que uma confluência prática e ética, onde a recusa da autoridade central, a ênfase na horizontalidade e a prática performativa do cuidado se articulam como fundamentos de uma política anárquico-queer.

O conceito de performatividade anárquico-queer em Judith Butler possibilita repensar profundamente as lutas políticas contemporâneas ao deslocar o foco das identidades fixas para as práticas de subversão contínua das normas que produzem e delimitam os corpos. Butler sugere que o poder atua performativamente, isto é, ele não apenas regula, mas constitui os sujeitos através de repetições normativas que, no entanto, contêm em si mesmas o germe da resistência. A performatividade, enquanto prática reiterativa e relacional, abre espaço para o gesto anárquico, aquele que, ao agir, recusa a obediência à autoridade ontológica e política das categorias impostas. Assim, o que está em jogo não é apenas o direito de existir dentro de um sistema, mas a possibilidade de reinventar os modos de vida e de coexistência fora dos moldes que sustentam a hierarquia social, de gênero, de raça e de sexualidade.

An-arkhia, em grego, designa literalmente a ausência de princípio (arkhè), isto é, de comando. Sem comando significa também sem começo. A arkhè determina uma ordem temporal ao privilegiar o que vem primeiro — tanto na ordem do poder quanto na da cronologia. Anarquia, portanto, quer dizer sem hierarquia nem origem. A anarquia põe em questão a dependência e a derivação. (Malabou, 2020, p. 119, tradução nossa).

A an-arkhia dialoga profundamente com o horizonte teórico de Butler, pois ambas se insurgem contra o princípio de comando que organiza as formas de vida e os regimes de verdade. A performatividade anárquico-queer, nesse sentido, encarna a recusa da arkhè, a recusa de um ponto de origem ou de autoridade transcendental que dite o que deve ser reconhecido como vida legítima. Em vez de reafirmar um começo ou um fundamento, ela afirma o movimento contínuo do corpo em suas repetições desviantes, onde cada ato performativo é também um ato de criação política. Tal gesto anárquico não busca substituir uma norma por outra, mas dissolver o próprio regime hierárquico que sustenta o poder de nomear e ordenar os corpos.

Pensar as lutas políticas à luz da performatividade anárquico-queer é reconhecer que o político não se dá apenas nas instituições ou nos discursos programáticos, mas na própria capacidade dos corpos de resistirem e se reorganizarem fora da lógica da dependência e da derivação. É um modo de fazer política que não parte da obediência à forma, mas da sua desobediência criadora de mundos outros. Nessa perspectiva, a anarquia queer torna-se uma ética do comum: um chamado à invenção de modos de vida que não precisem de um princípio de comando para existir, mas que se sustentem na vulnerabilidade partilhada, na interdependência e na criação contínua de novas possibilidades de mundo.

5 Corpos anárquicos: a performatividade como plasticidade

A noção de “corpos anárquicos”, desenvolvida aqui, pode ser uma categoria crítica para pensar a plasticidade do sexo, do gênero e do desejo em Butler. Contra a rigidez binária e os regimes de inteligibilidade sexual, o corpo anárquico se apresenta como um campo de possibilidades performativas que desafia tanto o determinismo biológico quanto a normatividade institucional. Essa plasticidade é, ao mesmo tempo, uma abertura para a experimentação de novos modos de habitar o corpo e uma recusa à captura disciplinar do desejo por categorias identitárias ou políticas fixas. A crítica ao uso fixo das identidades reaparece com força em "Corpos que Importam", obra de 1993, onde Butler, aprofundando sua contribuição à teoria queer, observará que “o ‘fracasso’ do significante em produzir a

unidade que parece nomear [...] será o resultado de um conjunto específico de exclusões sociais que retornam para perturbar as reivindicações da identidade” (Butler, 2019b, p. 365). O fracasso da identidade é revelador da plasticidade do corpo e da linguagem, condição para que se reitere de forma crítica a inteligibilidade dos sujeitos.

Essa ontologia não parte da estabilidade, como tradicionalmente concebida, mas da instabilidade radical. Em "Quadros de Guerra", Butler mergulha numa proposta de repensar o corpo atravessado por aquilo que ela chama de uma ontologia social. Com isso, ela descreve que:

referir-se à ‘ontologia’ nesse aspecto não significa reivindicar uma descrição de estruturas fundamentais do ser distintas de toda e qualquer organização social e política. [...] Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social (Butler, 2015, p. 14-15).

Tal formulação é central para compreender a performatividade como plasticidade. Com essa imersão na ontologia social do corpo, a filósofa admitirá que o corpo é relacional, constituído na interdependência com todos os demais meios, isto é, “o corpo é constitutivamente social e interdependente” (Butler, 2015, p. 52). Não apenas isso, podemos entender com Butler que “o corpo está fora de si mesmo, no mundo dos outros, em um tempo e um espaço que não controla, e ele não apenas existe no vetor dessas relações, mas também é esse próprio vetor” (Butler, 2015, p. 84). Essa concepção nos aproxima de uma fenomenologia do corpo, sobretudo de corpos anárquicos, pois desloca o corpo de um lugar de substância para o de relação. Essa aproximação fenomenológica é visível na percepção de que “o corpo não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura da sua vida e da sua ação” (Butler, 2018, p. 72). O corpo é, não obstante, “um conjunto vivo de relações”, ele é relação, jamais substância. A crítica queer, por isso, é crítica da forma de vida normativa, sem pretender instaurar uma nova forma-de-vida, mas antes abrir espaço para vidas habitáveis e relacionais.

Não há uma forma que anteceda as condições de vida, pelo contrário. Somos percebidos e lidos a partir dos parâmetros que instituem a forma que será reconhecida e legitimada socialmente. O corpo, no pensamento de Judith Butler, não é uma essência prévia ou uma base fixa da identidade, mas se constitui a partir das interações entre normas sociais e materialidades vividas, articulando o biológico e o social em um processo contínuo de

produção. Isso caracteriza o entendimento de que “a performatividade de Butler, apesar de seu trabalho ser em muitos aspectos construtivista social, está vinculada a uma capacidade biológica básica de transformação: a plasticidade” (Helberg, 2020, p.16, tradução nossa). A performatividade anárquico-queer se constitui no entendimento de que há uma “plasticidade social do gênero” (Malabou, 2020, p. 17, tradução nossa). O que permite compreender que o gênero não é uma estrutura rígida, mas um campo de variação e transformação constante, atravessado por forças sociais, políticas e afetivas. A performatividade, nesse sentido, não apenas reproduz as normas, mas também as desloca e as reinventa, afirmando a capacidade dos corpos de resistirem às fixações identitárias. Assim, a plasticidade social do gênero expressa o potencial político da performatividade. O de fazer e desfazer formas, produzindo subjetividades insurgentes e modos de vida que se recusam à normatização. É nesse gesto anárquico que se revela a potência criadora do queer como movimento ético e estético de reconfiguração do mundo comum.

A plasticidade, aqui, não remete a uma liberdade absoluta, mas a uma possibilidade de reconfiguração situada, na qual o corpo nunca é mero reflexo da norma, mas tampouco totalmente exterior a ela, é precisamente nesse entrelaçamento que se abre o espaço para a ação política. Isso a aproxima, de certo modo, da pensadora anarquista Catherine Malabou, quando esta sustenta que: “a plasticidade implica um fazer e um desfazer das formas, mas também uma condição: só se é o que se é na condição de ser moldado por forças que não são as suas próprias — uma condição que, paradoxalmente, funda a possibilidade do que se poderia chamar de ‘formação de si por si’” (Butler; Malabou, 2010, p. 58). A performatividade, nesse sentido, já está atravessada por esse “algo queer” em constante plasticidade e interação com o meio, que se move em direção aos desvios, ou, como argumenta Butler: “temos que entender como os desvios dessas normas podem acontecer e de fato acontecem, sugerindo que alguma coisa ‘queer’ está em funcionamento no cerne da performatividade de gênero” (Butler, 2018, p. 70). Esse desvio implica uma agência anárquica: o sujeito não está dado, é sempre diferido, imprevisível, relacional.

A partir dessa articulação, o corpo torna-se o lugar de uma plasticidade que não se contenta em receber formas, mas que as desorganiza e reorganiza incessantemente. Quando incorporamos ao debate a noção de plasticidade desenvolvida por Catherine Malabou, essa concepção se torna mais complexa ao olharmos as relações corpo-ambiente. Malabou insiste

que plasticidade não é apenas a capacidade de receber forma ou se adaptar, mas também de romper com a forma, de explodir o molde normativo. Em diálogo com essas perspectivas, a plasticidade torna-se política. Ela é o nome da potência de romper com aquilo que nos forma, de resistir à modelagem normativa que pretende fixar os corpos em categorias estáveis. Nesse sentido, a plasticidade se apresenta como condição de possibilidade para a vida anárquica, não no sentido da ausência de relação, mas da recusa à autoridade ontológica da norma. A construção conjunta de sexo, gênero e desejo, nesse horizonte, não apenas desafia a ideia de uma origem natural ou de uma ordem binária, mas também afirma a instabilidade constitutiva de todo processo de subjetivação. Não obstante, a plasticidade, enquanto conceito, ultrapassa a mera maleabilidade. Ela implica tanto a capacidade de receber forma quanto o potencial de rompê-la, carregando consigo tensões entre sujeição e criação.

No campo da filosofia contemporânea, podemos recuperar essa ideia no diálogo entre Catherine Malabou e Judith Butler. Ambas investigam o corpo como território de inscrição, resistência e produção de subjetividade. No livro *"Sois mon corps. Une lecture contemporaine de la domination et de la servitude chez Hegel (2010)"* encontramos a seguinte afirmação:

A plasticidade designa justamente a dupla operação de doação e recepção de forma, dupla operação que também comporta um risco de explosão (plasticagem) da forma. O corpo é, certamente, um dado da natureza, mas é também, e sobretudo, aquilo que se faz dele, a maneira como se o esculpe, como se o maquina, como se o trabalha, com a parte indissociável de alienação e de liberdade que tais empreendimentos supõem (Butler; Malabou, 2010, p. 49, tradução nossa).

Essa afirmação revela a tensão entre determinação e liberdade que estrutura a leitura hegeliana feita por Malabou e Butler. O corpo, longe de ser passivo, é um espaço de trabalho e conflito, onde se joga a luta entre dominação e emancipação. É nesse horizonte que Judith Butler irá problematizar os mecanismos de regulação do gênero, especialmente em sua obra *"Desfazendo Gênero"*, ao investigar como as normas produzem e restringem as possibilidades de existência dos corpos dissidentes.

A passagem da performatividade à plasticidade marca uma inflexão decisiva no modo como compreendemos as dinâmicas de poder. Em Judith Butler, a performatividade revela a capacidade da linguagem e do corpo de reiterar e, simultaneamente, subverter as normas que os constituem. Já em Catherine Malabou, a plasticidade designa o poder de dar e receber forma, mas também o de romper com a forma recebida, uma potência de destruição e criação imanente à própria vida. Quando aproximamos esses conceitos, percebemos que a

performatividade butleriana pode ser relida à luz de uma plasticidade social do gênero, em que os corpos e os discursos se fazem e se desfazem continuamente, configurando um campo político aberto à imprevisibilidade e à metamorfose. Nesse movimento, a performatividade anárquico-queer aparece como o gesto de recusar tanto a fixação normativa quanto a simples maleabilidade funcional, insistindo na criação ativa de novas formas de existência.

Essa plasticidade é o sentido do seu ser, o sentido da sua questão. Se deixarmos de ver esse sentido, ou se passarmos rápido demais por ele, corremos o risco de reduzir sua plasticidade ao mais simples aparato ‘empírico e concreto’, tornando-nos incapazes de distinguir, de fato, o anarquismo do ciberpoder — tudo se torna plástico.” (Malabou, 2023, p. 119, tradução nossa).

Com efeito, precisamos pensar os limites da performatividade quando esta se esvazia de sua dimensão política e se torna apenas adaptação. Se a plasticidade se reduz ao empírico, corre-se o risco de transformar a potência de resistência em mera flexibilidade gerida pelo poder, uma espécie de neoliberalismo da forma. Butler, por sua vez, nos lembra que a performatividade não é liberdade absoluta, mas um campo tenso de reiterações e desvios possíveis. Ao pensá-la como plasticidade, compreendemos que o gesto político do queer não está apenas em representar identidades alternativas, mas em desorganizar os regimes de inteligibilidade que sustentam o reconhecimento. A performatividade anárquico-queer, nesse sentido, é uma prática de resistência criadora: não busca apenas sobreviver às normas, mas reinventar o próprio espaço do vivível, abrindo a vida ao inédito e ao comum.

6 Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite reconhecer que a performatividade, em Judith Butler, ultrapassa os limites de uma teoria do discurso ou de uma ontologia estritamente linguística. Trata-se, antes, de uma concepção política e existencial do corpo, constituída no entrelaçamento entre vulnerabilidade, linguagem, ação e reconhecimento. A performatividade revela que os corpos não são entidades naturais previamente dadas, mas processos continuamente produzidos e disputados por normas sociais, políticas e epistemológicas. Contudo, se as normas produzem os sujeitos, elas nunca conseguem determinar completamente os modos de existência que pretendem regular. Há sempre um excesso, um deslocamento ou uma falha na repetição normativa. É justamente nesse espaço de instabilidade que emerge o potencial político da performatividade anárquico-

queer: a possibilidade de interromper os regimes que fixam identidades, distribuem reconhecimento e delimitam quais vidas podem aparecer como humanas e vivíveis.

Nesse sentido, a noção de “insurreição no nível da ontologia”, desenvolvida por Butler, torna-se central para compreender a radicalidade ética e política de sua reflexão. Não se trata apenas de reivindicar inclusão dentro de categorias já estabilizadas de humanidade, cidadania ou identidade, mas de questionar criticamente os próprios fundamentos ontológicos e epistemológicos que definem o que conta como real, inteligível e legítimo. A performatividade anárquico-queer opera, assim, como uma prática de desobediência ontológica: um movimento que desestabiliza os enquadramentos normativos responsáveis pela produção diferencial da precariedade. Ao desafiar as estruturas que naturalizam hierarquias entre vidas reconhecíveis e vidas descartáveis, Butler desloca o queer de uma crítica exclusivamente identitária para uma crítica ampliada das formas políticas de administração da existência.

Os corpos anárquico-queer, aqui concebidos, expressam precisamente essa recusa à captura normativa. São corpos que desviam, falham, resistem e rearticulam os sentidos impostos pelas estruturas de poder. Em Butler, o fracasso da norma não representa simplesmente sua negação, mas a abertura de um campo de criação e reinvenção. A repetição performativa nunca é mera reprodução; ela contém a possibilidade de deslocamento, torção e subversão. A dimensão política da performatividade reside justamente nesse gesto de reiterar diferentemente, produzindo fissuras nas formas dominantes de reconhecimento. O corpo torna-se, então, um território de disputa no qual precariedade e resistência coexistem, revelando que a vulnerabilidade não é apenas condição de exposição à violência, mas também fundamento de alianças e formas coletivas de ação política. A leitura anárquica da obra de Butler, desenvolvida por Elena Loizidou, oferece uma contribuição importante para compreender a profundidade ética dessa proposta.

A anarquia queer não se define pela ausência absoluta de organização, mas pela recusa das hierarquias que sustentam mecanismos de dominação, exclusão e controle das vidas. Butler propõe uma política do comum fundada no reconhecimento da interdependência entre os corpos, deslocando a política da lógica soberana da autonomia individual para uma ética relacional da coexistência. A performatividade anárquico-queer não busca instaurar um novo centro normativo, mas criar condições para formas mais horizontais, solidárias e habitáveis de vida coletiva. Nesse horizonte, a resistência política não se reduz à conquista formal de

direitos, mas envolve a criação cotidiana de práticas de cuidado, apoio mútuo e insurgência contra os dispositivos que administram a precariedade social.

Essa inflexão revela também uma importante guinada no próprio desenvolvimento do pensamento queer em Butler. Se em suas primeiras obras, *Problemas de Gênero* (1990) e *Corpos que importam* (1993) a preocupação central estava voltada à crítica das normas de gênero e à desconstrução das identidades fixas, em textos como *Vida Precária* (2004), *Quadros de Guerra* (2009) e *Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia* (2015) o queer assume uma dimensão mais explicitamente ética, coletiva e política. A reflexão desloca-se para as alianças entre corpos vulneráveis, para a crítica da violência estatal e para as formas diferenciais de distribuição da precariedade. O queer deixa, então, de operar apenas como crítica das identidades para tornar-se uma prática de resistência compartilhada contra as condições que tornam determinadas vidas inviáveis.

A performatividade anárquico-queer passa a designar não apenas a subversão das normas de gênero, mas uma política insurgente da vida comum. A ação política, para Butler, não se resume à conquista de reconhecimento institucional, mas à criação de condições para que a vida possa tornar-se vivível. É nesse gesto ético-político que a performatividade anárquico-queer se afirma como resistência à insuportabilidade da vida produzida pelos regimes contemporâneos de poder. A vulnerabilidade compartilhada deixa de aparecer como sinal de fraqueza e passa a constituir a base de uma ética da interdependência e da solidariedade insurgente. Ser livre, nessa perspectiva, não significa existir de forma isolada e autossuficiente, mas reconhecer-se atravessado por relações que sustentam, expõem e transformam continuamente a existência.

Concluimos que a performatividade em Judith Butler carrega um profundo potencial anárquico-queer, capaz de desestabilizar tanto as categorias identitárias quanto as estruturas políticas e epistemológicas do reconhecimento. Esse potencial não assume um caráter destrutivo, mas ético e criador, pois abre espaço para outras formas de convivência, sensibilidade e existência coletiva. A performatividade anárquico-queer aparece, assim, como uma prática contínua de resistência, criação e abertura ao outro, uma política das alianças que insiste em afirmar que nenhuma vida é dispensável e que toda existência depende, inevitavelmente, da possibilidade de coexistir em comum.

Referências

AUSTIN, J. L.. *How To Do Things With Words*: The Willian James Lectures delivered at Harvard University in 1955. Oxford at the Clarendon Press, 1962.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith; MALABOU, Catherine. *Sois mon corps*: une lecture contemporaine de la domination et de la servitude chez Hegel. Paris: Bayard Éditions, 2010.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Vida precária*: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber; revisão técnica de Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*: os limites discursivos do sexo. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 Edições, 2019b.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Discurso de ódio*: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CHADDERTON, Charlotte. *Judith Butler, Race and Education*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

HELBURG, Natalie. Insubordinate plasticity: Judith Butler and Catherine Malabou. *Hypatia*, Cambridge University Press, p. 1–20, 2020.

LOIZIDOU, Elena. The body figural and material in the work of Judith Butler. *Australian Feminist Law Journal*, v. 28, p. 29–51, 2008.

LOIZIDOU, Elena. Living Together. In: MASON, Elliot C.; MORO, Valentina (ed.). *Judith Butler and Marxism*: The Radical Feminism of Performativity, Vulnerability, and Care. Lanham; Boulder; New York; London: Rowman & Littlefield, 2025. p. 183–206.

MALABOU, Catherine. *Le plaisir effacé*: clitoris et pensée. Paris: Bibliothèque Rivages, 2020.

MALABOU, Catherine. *Stop Thief! Anarchism and Philosophy*. Translated by Carolyn Shread. Cambridge: Polity Press, 2023.

MASON, Elliot C.; MORO, Valentina (ed.). *Judith Butler and Marxism*: The Radical Feminism of Performativity, Vulnerability, and Care. Lanham; Boulder; New York; London: Rowman & Littlefield, 2025.

VISHMIDT, Marina. Bodies in Space. In: MASON, Elliot C.; MORO, Valentina (ed.). *Judith Butler and Marxism: The Radical Feminism of Performativity, Vulnerability, and Care*. Lanham; Boulder; New York; London: Rowman & Littlefield, 2025. p. 97–120.

Recebido em: 16/12/2025.

Aprovado em: 22/04/2026.

Publicado em: 24/07/2026.